

---

***Parnaíba III Geração  
de Energia S.A.***

***Demonstrações financeiras individuais em  
31 de dezembro de 2017  
e relatório do auditor independente***

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Parnaíba III Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

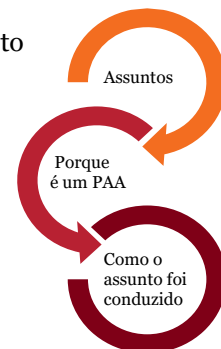
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parnaíba III Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



---

## **Porque é um PAA**

### **Transações com partes relacionadas (nota explicativa 14)**

A Companhia possui saldos relevantes com partes relacionadas decorrentes de mútuos concedidos e contas a pagar resultantes da aquisição de insumos para geração de energia termoeletrica.

Foram celebrados contratos de mútuo entre a Companhia e determinadas partes relacionadas em exercícios anteriores devido a excesso de disponibilidade de caixa, sendo que tais contratos possuem vencimento de longo prazo e remuneração indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os insumos para geração de energia termoeletrica são adquiridos de partes relacionadas e seguem premissas operacionais específicas de aquisição de gás natural e arrendamento.

Focamos nossos trabalhos nestas transações pois envolvem valores relevantes e premissas contratuais, os quais, se alterados, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.

---

## **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos do processo de transações com partes relacionadas da Companhia.

Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação e avaliação dos contratos assinados pela Administração da Companhia com as partes relacionadas.

Obtivemos os contratos referentes as transações de empréstimos concedidos e conferimos as principais premissas contratuais, tais como: valor inicial, taxa de juros e prazos de vencimento. Adicionalmente, confirmamos os saldos em aberto com as respectivas partes relacionadas.

Analisamos os contratos de fornecimento de gás natural e arrendamento da unidade de tratamento do gás natural. Conferimos as principais premissas contratuais, tais como: volume mínimos acordados para aquisição de gás natural, preços contratuais, prazos e valores fixos e variáveis referentes ao arrendamento e verificamos que os custos reconhecidos correspondem às receitas da respectiva parte relacionada.

Adicionalmente, inspecionamos as documentações suporte das transações descritas acima.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as transações reconhecidas e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

---

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Parnaíba III Geração de Energia S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

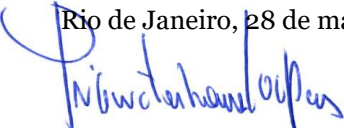
Parnaíba III Geração de Energia S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

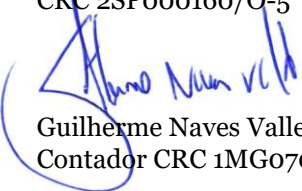
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5



Guilherme Naves Valle  
Contador CRC 1MG070614/O-5

# ***Parnaíba III Geração de Energia S.A.***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017  
e relatório do auditor independente***

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
			(Reclassificação nota 3(a))				
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	42.918	72.388	Fornecedores	13	12.023	4.788
Títulos e Valores mobiliários (TVM)	8	28.968	31.840	Debêntures	15	419	3.063
Clientes	9	75.932	26.413	Impostos e contribuições a recolher	11	6.315	184
Estoque	10	5.482	4.912	Dividendos a pagar		24.746	13.022
Impostos a recuperar	11	6.444	8.895	Pesquisa & desenvolvimento		5.606	3.793
Despesas antecipadas		288	86	Energia Elétrica Ressarcimento - ADOMP	16	13.353	12.266
Outros Créditos		4.249	3.987	Partes relacionadas	14	6.571	33.442
				Outras contas a pagar		75	220
		<b>164.281</b>	<b>148.521</b>			<b>69.108</b>	<b>70.778</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Exigível a longo prazo</b>			
Impostos a Recuperar	11	1.750	3	Debêntures	15	94.388	100.457
Títulos e Valores mobiliários (TVM)	8	3.000	3.000	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	10.404	8.285
Partes relacionadas	14	103.873	92.443	Partes relacionadas	14	32.288	860
		<b>108.623</b>	<b>95.446</b>	Energia Elétrica Ressarcimento - ADOMP	16	14	55
						<b>137.094</b>	<b>109.657</b>
<b>Imobilizado</b>	12	167.219	173.580	<b>Patrimônio líquido</b>	17		
		275.842	269.026	Capital social		115.471	167.471
		<b>440.123</b>	<b>417.547</b>	Reservas		118.450	69.641
						<b>233.921</b>	<b>237.112</b>
						<b>440.123</b>	<b>417.547</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017	2016
<b>Receita Líquida Operacional</b>	19	299.703	256.150
<b>Custo dos bens e/ou serviços</b>	20	(220.370)	(177.129)
<b>Resultado bruto</b>		<b>79.333</b>	<b>79.021</b>
<b>Receitas / (despesas) operacionais:</b>			
Gerais e Administrativas	21	(5.362)	(5.226)
Outras resultados operacionais líquidos	21	(823)	(2)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e imposto de renda e contribuição social</b>		<b>73.148</b>	<b>73.793</b>
<b>Resultado financeiro</b>	22	<b>2.820</b>	<b>5.932</b>
Receitas financeiras		17.533	28.036
Despesas financeiras		(14.713)	(22.104)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>75.968</b>	<b>79.725</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(13.316)	(4.262)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(2.119)	(11.094)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>60.533</b>	<b>64.369</b>
<b>Lucro básico e diluído por ações</b>		<b>0,5242</b>	<b>0,3844</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

Demonstração de resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Lucro do período</b>	60.533	64.369
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>60.533</u>	<u>64.369</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital Social integralizado	Reservas			Lucro / Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Reserva Legal		
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>167.471</b>	<b>22.997</b>	<b>15.213</b>	<b>2.415</b>	-	<b>208.096</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	64.369	64.369
Constituição de reserva legal	-	-	-	3.218	(3.218)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	11.727	-	(11.727)	-
Reserva de lucros	-	37.068	-	-	(37.068)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(12.356)	(12.356)
Dividendos adicionais	-	(22.997)	-	-	-	(22.997)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>167.471</b>	<b>37.068</b>	<b>26.940</b>	<b>5.633</b>	-	<b>237.112</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.533	60.533
Redução de capital	(52.000)	-	-	-	-	(52.000)
Constituição de reserva legal	-	-	-	3.027	(3.027)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	10.609	-	(10.609)	-
Reserva de lucros	-	35.173	-	-	(35.173)	-
Dividendos Mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(11.724)	(11.724)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>115.471</b>	<b>72.241</b>	<b>37.549</b>	<b>8.660</b>	-	<b>233.921</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercício findo em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

<i>R\$ mil</i>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro do exercício	60.533	64.369
<b>Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>	<b>18.791</b>	<b>27.247</b>
Depreciação e Amortização	6.894	7.262
Juros incorridos	13.613	19.506
Custo de captação	(5.612)	-
Provisão de Crédito de Liquidação duvidosa	130	280
Impostos correntes e diferidos	15.435	15.356
Juros sobre mútuo	(11.669)	(15.157)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>(42.419)</b>	<b>2.953</b>
Despesas Antecipadas	(202)	1.518
Contas a Receber	(49.649)	23.633
Impostos a recuperar	704	(5.987)
Estoques	(570)	6.291
Partes relacionadas (Ativo e passivo)	4.796	(14.162)
Impostos, Taxas e Contribuições	(7.185)	(1)
Fornecedores	7.235	(7.802)
Energia elétrica ressarcimento	1.046	(2.729)
Outros Ativos e Passivos	1.406	3.041
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>36.905</b>	<b>94.569</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimentos</b>		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(533)	(4.028)
Títulos e valores mobiliários	2.872	(33.640)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>2.339</b>	<b>(37.668)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Captação de debêntures	100.000	-
Debêntures pagas	(100.457)	(19.544)
Dividendos pagos	-	(30.000)
Pagamento de juros sobre debêntures	(16.257)	(20.150)
Redução de capital	(52.000)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(68.714)</b>	<b>(69.694)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(29.470)</b>	<b>(12.793)</b>
<b>Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	72.388	85.181
No final do exercício	42.918	72.388
<b>Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(29.470)</b>	<b>(12.793)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017** Em milhares de reais

---

### **1. Contexto operacional**

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Santo Antônio dos Lopes, Estado do Maranhão que atua no desenvolvimento, construção e operação de projetos de unidades de geração térmica a partir do gás natural e a comercialização de gás natural.

Em 22 de outubro de 2013, a Companhia obteve autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para início de sua operação comercial, com capacidade instalada de 169MW. Em 17 de fevereiro de 2014, a usina iniciou operação comercial de sua segunda unidade geradora, com capacidade instalada de 7 MW. Dessa forma, a capacidade instalada da usina atingiu 176MW, atendendo à capacidade total contratada nos termos do CCEAR do Leilão A-5/2008 (98 MWa por 15 anos).

#### **(a) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2018.

### **2. Licenças e autorizações**

Em 2017 a Parnaíba III Geração de Energia S.A. ("Parnaíba III") manteve o seu compromisso no cumprimento das condicionantes socioambientais previstas na Licença de Operação (LO 187/2014) referente à UTE MC2 Nova Venécia 2 com potência instalada de 178,2 MW, emitida em 24 de Julho de 2014 pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA do Estado do Maranhão.

Em 26 de Maio de 2017, a "Parnaíba III" requereu a renovação da LO 187/2014 à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando desta maneira automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva da referida Secretaria.

### **3. Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo que alguns ativos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, bem como considerando o pressuposto de continuidade operacional da Companhia.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017  
Em milhares de reais

### (a) Reclassificação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, certas notas explicativas, como balanço patrimonial e demonstração do fluxo de caixa, de 31 de dezembro de 2016 estão sendo reclassificadas, para o seu aprimoramento, decorrentes dos seguintes assuntos:

- i. Reclassificação dos saldos de aplicações em títulos públicos (LFTs) da rubrica "caixa e equivalentes de caixa" para "títulos e valores mobiliários" nos montantes de R\$ 30.640;
- ii. A demonstração do fluxo de caixa está sendo reclassificadas, pois a Administração da Companhia avaliou que a melhor aplicabilidade dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é nos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsicamente ligado a obtenção de recursos para a manutenção e aquisições de máquinas e equipamentos para a produção de energia. Por esse motivo, os juros pagos foram reclassificados dos fluxos de caixa das atividades operacionais para os fluxos de caixa das atividades de financiamentos, de acordo com no item 33 do CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A reconciliação entre os valores originalmente apresentados e os valores e apresentados nas demonstrações financeiras pode ser sumarizada da seguinte forma:

<b>Ativo</b>	<b>Originalmente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reclassificado</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	103.028	(30.640) (i)	72.388
Títulos e Valores mobiliários (TVM)	1.200	30.640 (i)	31.840
<b>Ativo circulante</b>	<b>148.521</b>	-	<b>152.791</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>95.446</b>	-	<b>95.446</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>173.580</b>	-	<b>173.580</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>417.547</b>	-	<b>421.817</b>
<b>Passivo</b>	<b>Originalmente apresentado</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reclassificado</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>70.778</b>	-	<b>75.048</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>109.657</b>	-	<b>109.657</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>237.112</b>	-	<b>237.112</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>417.547</b>	-	<b>421.817</b>

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

#### Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Originalment e Apresentado	Ajustes	Reclassifica do	
(Prejuízo)/ Lucro antes dos Impostos, incluindo operações	79.725	-		79.725
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	74.419	20.150	(ii)	94.569
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(7.028)	(30.640)		(37.668)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(49.544)	(20.150)	(ii)	(69.694)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(12.793)	-		(12.793)
<b>No início do exercício</b>	85.181	-		85.181
<b>No final do exercício</b>	103.028	(30.640)	(i)	72.388

#### 4. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

##### 4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

##### 4.2 Ativos financeiros

###### 4.2.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

###### (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

###### (b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

###### 4.2.2 Reconhecimento e mensuração

## **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais**

---

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira" no período em que ocorrem.

#### **4.2.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **4.3 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou impairment).

Para constituição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD a Administração da Companhia adota como melhor estimativa os valores em atraso a partir de 180 dias.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia constituiu provisão para PCLD de seus clientes. O montante de PCLD em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 410 (R\$ 288 em 31 de dezembro de 2016).

## **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017**  
Em milhares de reais

---

### **4.4 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

### **4.5 Imobilizado**

#### **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

#### **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

#### **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, limitado ao prazo de concessão. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.



## **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017**  
Em milhares de reais

---

### **4.6 Impairment de ativos financeiros**

#### **Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - o mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
  - o condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu

## **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais**

---

após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### **4.7 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

As estimativas de recuperação dos ativos não financeiros foram fundamentadas nas projeções dos fluxos de caixa levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

#### **4.8 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **4.9 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo imobilizado quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a

## **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017** Em milhares de reais

---

entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### **4.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **4.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e também dos prejuízos fiscais apurados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

## **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017** Em milhares de reais

---

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

#### **4.12 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### **4.13 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

##### **(a) Venda de energia**

A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente ou quando disponibilizada conforme previsões contratuais, e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

##### **(b) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

#### **4.14 Subvenção governamental**

A Companhia está situada em um região na área de atuação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e obteve o incentivo fiscal que estabelece uma redução de 75% do imposto de renda do lucro decorrente da receita

## **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017** **Em milhares de reais**

---

incentivada, até 2023. O resultado obtido com este benefício fiscal é a redução da despesa de imposto de renda e, na distribuição dos resultados do período, o montante reduzido da despesa é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais, conforme disposição legal.

#### **4.15 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras de forma antecipada.

##### **IFRS 9 - Financial Instruments (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9/CPC 48 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A referida norma altera significativamente os critérios contábeis relacionados a classificação e mensuração de ativos financeiros, bem como o modelo de mensuração do impairment de ativos financeiros e modifica os requerimentos de divulgação, com a inclusão de novas informações a serem apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros para avaliar os impactos da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme a seguir:

- No que se refere ao novo modelo de Impairment para ativos financeiros, a Administração não espera variações recorrentes de PCLD para a rubrica de clientes;
- Com relação aos ativos financeiros (operações compromissadas, LFT, Fundo de investimento, mútuos e operações comerciais com partes relacionadas), não são esperados impactos na classificação e mensuração. Após avaliação do modelo de negócio, foi identificado que os seus ativos financeiros estão mensurados a valor justo por meio do resultado.

As novas regras serão aplicadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma.

##### **IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes)**

Em novembro de 2016, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou o Pronunciamento Técnico 47 – Receita de contrato com clientes, que tem correlação com a IFRS 15. O princípio fundamental da referida norma é o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

De acordo com a norma, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens

## **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais**

---

similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. Desse modo, as penalidades que representam ressarcimento aos clientes, como o ADOMP, deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional.

A Companhia identificou a necessidade de reclassificação de determinadas penalidades por performance que, atualmente, são classificadas na demonstração do resultado como despesas operacionais e passarão a ser classificadas como itens redutores das receitas, com efeito estimado no montante de R\$ 1.092 em 2017, quando apresentado de forma comparativa com as demonstrações financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2018.

#### **IFRS 16 - Leases (CPC 06 (R2) - Arrendamentos)**

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Adicionalmente, foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

A Companhia iniciou a análise qualitativa de seus principais contratos e continuará a avaliar os potenciais efeitos da IFRS 16 durante o ano de 2018, que dependerá da decisão sobre o método de transição e da utilização de expedientes práticos e/ou isenções. Desta forma, ainda não é possível estimar o montante dos direitos de uso e passivos de arrendamento que serão reconhecidos na adoção deste novo pronunciamento e, como essa adoção, poderá afetar o resultado da Companhia.

## **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017**  
Em milhares de reais

---

### **5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### **(a) Perda (impairment) dos ativos não circulantes**

A Companhia testa eventuais perdas (impairment) nos ativos imobilizado e imposto de renda e contribuição social diferidos, de acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.7. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados utilizando premissas e estimativas formadas com base, principalmente, em estudos acerca do mercado regulado de comercialização de energia elétrica. Essas premissas e estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

#### **(a) Custo por indisponibilidade (ADOMP)**

De acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.10, a Companhia avalia eventuais perdas por indisponibilidade de sua unidade termoeletrica que podem afetar os resultados da Companhia, considerando como base os contratos de CCEAR's que preveem a utilização de média móvel de 60 meses de geração efetiva. Os valores contabilizados foram determinados com base em estimativas de cálculo levando em consideração a média móvel de 60 meses, sendo reconhecido contabilmente pelo valor justo. Essas estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

#### **(b) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.**

De acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.11, a Companhia avalia a recuperação dos créditos tributários através das projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Essas estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

#### 6. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia não possuía operações de derivativos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros contratados assim como os respectivos valores justos estimados pela Companhia.

##### Instrumentos financeiros

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Ativos</b>		(Reclassificado - nota 3(a))
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>	179.805	118.856
Contas a receber	75.932	26.413
Partes relacionadas	103.873	92.443
<b>Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado</b>	74.886	107.228
Caixa e Equivalente de Caixa	42.918	72.388
Títulos e valores mobiliários	28.968	31.840
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	3.000	<b>3.000</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>	145.689	142.610
Fornecedores	12.023	4.788
Debêntures	94.807	103.520
Operações com partes relacionadas	38.859	34.302
<b>Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado</b>	-	-

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado.

##### Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber, dívidas bullet e de curto prazo.



## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

#### Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

	Preços observáveis em mercado ativo	Precificação com preços observáveis	Precificação sem preços observáveis
Caixa e equivalente de caixa	42.918	-	-
Titulos e valores mobiliários	31.968	-	-
Debêntures	-	94.807	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>74.886</u>	<u>94.807</u>	<u>-</u>

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

#### Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

#### Risco de *cash flow* relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar as despesas financeiras da companhia. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável a companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos a Companhia calculou o que seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso a curva de CDI fosse deslocada em 25% e 50%.

<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário I (alta 25%)</b>	<b>Cenário II (alta 50%)</b>
<b><u>Parnaíba III Geração de Energia SA</u></b>			
Risco de Cash Flow :	<i>Alta na Taxa de Juros</i>		
Passivo indexado ao CDI			
<b>Despesa Financeira Esperada</b>	<b>9.613</b>	<b>12.016</b>	<b>16.875</b>
<b>Aumento da despesa financeira</b>	<b>-</b>	<b>2.403</b>	<b>7.262</b>

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.  
IPCA 2018: 3,93% (Fonte: Boletim Focus)  
TJLP 2018: 6,75% (Fonte: Conselho Monetário Nacional)  
CDI Médio 2018: 6,87% (Fonte: Projeção de Mercado)

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

---

#### Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio. A exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Posições do risco de crédito		(Reclassificado - nota 3(a))
Caixa e equivalente de caixa	42.918	72.388
Título de Valores mobiliários	31.968	34.840
Contas a receber	<u>75.932</u>	<u>26.413</u>
Consolidado das contas credoras	<u>150.818</u>	<u>133.641</u>

O montante de caixa e equivalente está representado, substancialmente, por conta corrente e CDB's do Banco do Nordeste e fundo de investimento ENEVA, e com relação ao contas a receber, sua principal exposição é oriunda da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

#### Risco de liquidez - capacidade de pagamento

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. As disponibilidades devem ser suficientes para honrar as despesas ao longo dos próximos 90 dias. A seguir são apresentados os fluxos futuros projetados que incluem a estimativa de pagamento de juros e amortizações previstas para as faixas de prazo.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

						2017
Passivos financeiros	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total por conta
Fornecedores	12.023	-	-	-	-	12.023
Partes relacionadas	-	6.571	32.288	-	-	38.859
Debêntures	4.466	4.949	28.140	76.097	39.264	152.916
Total por faixa de prazo	12.023	6.990	126.676	-	-	203.798

						2016
Passivos financeiros	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total por conta
Fornecedores	4.788	-	-	-	-	4.788
Partes relacionadas	33.442	-	860	-	-	34.302
Debêntures	-	3.063	100.457	-	-	103.520
Total por faixa de prazo	38.230	3.063	101.317	-	-	142.610

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016 (Reclassificado - nota 3 (a))
Caixa e bancos	279	10.365
Fundo de investimento FICFI RF CP ENEVA (a)	42.639	62.023
	42.918	72.388

- (a) Refere-se a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú, principalmente composto por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas emitidas por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100,7% (taxa nominal na curva). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures ou títulos públicos, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. A carteira é composta por 25% de operações compromissadas, 32% de CDBs e 43% de LFTs, em 31 de dezembro de 2017.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

#### 8. Títulos e valores mobiliários

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (Reclassificado - nota 3 (a))
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT's") (a)	31.968	34.840
	<u>31.968</u>	<u>34.840</u>
<b>Circulante</b>	<b>28.968</b>	<b>31.840</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.000</b>	<b>3.000</b>

(a) LFTs são títulos pós-fixado cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2017, a carteira de LFTs da companhia contém títulos cujos vencimentos ocorrem entre 2019 e 2022, no entanto dada sua alta liquidez no mercado secundário, podem ser prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 9. Clientes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Clientes (a)	76.342	26.693
(-) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa	(410)	(280)
	<u>75.932</u>	<u>26.413</u>

(a) A variação refere-se ao maior nível de despachos no período entre junho e dezembro de 2017, em linha com o crescimento da Receita, conforme nota explicativa nº19.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui saldos de R\$ 55.346 (R\$ 23.702 em dezembro de 2016), referentes à venda de energia no Mercado Regulado. Adicionalmente, a companhia possui saldos de R\$ 20.586 (R\$ 2.711 em dezembro de 2016), referentes à liquidação do mercado de curto prazo.

Considerando a natureza do negócio e o perfil desses clientes, em conformidade com as práticas contábeis destacadas nas notas 4.3 e 4.10, a companhia constituiu Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD para os valores em atraso com mais de 180 dias, assim compostos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Clientes CCEAR's	(410)	(280)
	<u>(410)</u>	<u>(280)</u>

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

Abaixo destacamos os saldos de vencimentos do contas a receber:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valores à Vencer	63.742	25.245
Vencidos entre 91 a 180 dias	12.190	1.168
Vencidos entre 181 e 360 dias	382	3
Vencidos acima de 360 dias	28	277
	<u>76.342</u>	<u>26.693</u>

Considerando a natureza do negócio e o perfil desses clientes, em conformidade com as práticas contábeis destacadas nas notas 4.3 e 4.10, a Companhia constituiu Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD, no valor de R\$ 410, assim compostos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia	(150)	-
Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL)	(225)	-
Companhia Energética de Alagoas (CEAL)	(12)	-
Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE)	(8)	-
Companhia Energética do Piauí	(5)	(280)
EFACEC Energy Sservice Ltd.	(4)	-
Amazonas Distribuidora de Energia	(6)	-
	<u>(410)</u>	<u>(280)</u>

#### 10. Estoques

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Materiais de consumo (a)	5.482	4.912

(a) Refere-se ao material de almoxarifado, bem como peças de reposição, produtos químicos e lubrificantes. Em 2017, a Companhia realizou inventário físico dos estoques e efetuou a reclassificação de determinados itens de reposição para o imobilizado.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017  
Em milhares de reais

---

### 11. Impostos a recuperar e diferidos

#### Impostos a recuperar

O saldo da conta de impostos a recuperar está representado a seguir:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Imposto de renda retido na fonte (a)	829	2.705
ICMS	72	72
Provisão IRRF sobre mútuos	6.909	5.194
PIS (b)	60	86
COFINS (b)	277	364
Outros	47	477
	<u>8.194</u>	<u>8.898</u>
Circulante	<b>6.444</b>	<b>8.895</b>
Não circulante	<b>1.750</b>	<b>3</b>

(a) É representado pelo imposto de renda retido na fonte sobre o rendimento das aplicações financeiras;

(b) É representado pelos créditos de PIS e COFINS sobre as aquisições de insumos (gás e suprimento de energia para atendimento dos contratos CCEAR's).

#### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, sendo que caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Ativo diferido - não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	-	350
Diferenças Temporárias	556	155
Passivo diferido – Diferenças Temporárias (*)	(10.960)	(8.790)
	<u>(10.404)</u>	<u>(8.285)</u>

(\*) Representado pela depreciação acelerada realizada de acordo com o art. 17 da lei 11.196/95

### Reconciliação da taxa efetiva

O pronunciamento técnico CPC 07 trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita, conforme descrito na nota explicativa 4.14. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 10.609, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

Em 31 de dezembro de 2017, os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreenderam o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro líquido do exercício antes do IRPJ/CSLL	75.968	79.725
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(25.829)	(27.107)
Redução Benefício SUDENE – 75% IRPJ e PAT	10.394	11.751
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.316)	(4.262)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(2.119)	(11.094)
Total imposto	(15.435)	(15.356)
Taxa efetiva	20,32%	19,26%

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017  
Em milhares de reais

### 12. Imobilizado

#### (a) Composição dos saldos

Imobilizado em serviço						2017
	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento Informática	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Tx Depreciação % a.a.	3,3	4	17	6,3		
Custo						
Saldo em 31/12/2016	89.333	97.384	129	84	7.315	194.245
Adições	-	-	-	9	524	533
Transferências	1.731	5.527	-	57	(7.315)	-
Saldo em 31/12/2017	91.064	102.911	129	150	524	194.778
Depreciação						
Saldo em 31/12/2016	(8.229)	(12.418)	(15)	(3)	-	(20.665)
Adições	(3.056)	(3.812)	(22)	(4)	-	(6.894)
Transferências	(187)	190	-	(3)	-	-
Saldo em 31/12/2017	(11.472)	(16.040)	(37)	(10)	-	(27.559)
Valor contábil						
Saldo em 31/12/2016	81.104	84.966	114	81	7.315	173.580
Saldo em 31/12/2017	79.592	86.871	92	140	524	167.219



## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

Imobilizado em serviço						2016
	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento Informática	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Tx Depreciação % a.a.	3,3	4	17	6,3		
Custo						
Saldo em 31/12/2015	93.689	83.132	-	-	13.397	190.218
Adições	-	25	-	84	3.918	4.027
Transferências	(4.356)	14.227	129	-	(10.000)	-
Saldo em 31/12/2016	89.333	97.384	129	84	7.315	194.245
Depreciação						
Saldo em 31/12/2015	(6.090)	(7.313)	-	-	-	(13.403)
Adições	(3.177)	(4.067)	(15)	(3)	-	(7.262)
Transferências	1.038	(1.038)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	(8.229)	(12.418)	(15)	(3)	-	(20.665)
Valor contábil						
Saldo em 31/12/2015	87.599	75.819	-	-	13.397	176.815
Saldo em 31/12/2016	81.104	84.966	114	81	7.315	173.580

### Máquinas e equipamentos

Refere-se, basicamente, aos equipamentos da usina, linha de transmissão e subestação.

### Imobilizado em curso

Refere-se basicamente aos gastos incorridos que ainda não foram concluídos ou utilizados, dos quais se pode destacar: (i) adiantamento a fornecedor; (ii) Compras para imobilizado reserva, sendo este, componentes sobressalentes menores dos equipamentos instalados na usina. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 524 (R\$ 7.315 em 31 de dezembro de 2016).

### Depreciação

A depreciação dos ativos será baseada na vida útil ou no prazo de concessão, dos dois o menor, e o cálculo será realizado pelo método linear utilizando as taxas disponibilizadas pela ANEEL, determinadas pela Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

As principais taxas de depreciação são as seguintes:

<b>Geração</b>	<b>(%)</b>	<b>Administração</b>	<b>(%)</b>	<b>Transmissão</b>	<b>(%)</b>
Barramento	2,5	Edificações	3,3	Condutor do sistema	2,7
Disjuntor	3,0	Equipamento geral	6,3	Equipamento geral	6,3
Edificações	3,3	Veículos	14,3	Religadores	4,0
Equipamentos da tomada d'água	3,7				
Estrutura da tomada d'água	2,9				
Gerador	3,3				
Reserv., barragens e adutoras	2,0				
Sistema de comunicação local	6,7				
Turbina hidráulica	4,0				
Taxa média depreciação Geração	3,5	Taxa média depreciação Administração	7,9	Taxa média depreciação Transmissão	4,3

### Avaliação de Impairment

Segundo o pronunciamento técnico CPC-01, a entidade deve avaliar no mínimo anualmente, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível), se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não identificamos nenhum indicativo de perda de recuperabilidade dos ativos da Companhia.

### 13. Fornecedores

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Fornecedores	12.023	4.788

(\*) A variação refere-se ao aumento na compra de energia para atendimento aos contratos CCEAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos em aberto com fornecedores de itens para ativo imobilizado, custos, materiais e serviços.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017  
Em milhares de reais

---

### 14. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorreram da Companhia com seus acionistas, com empresas ligadas e profissionais chave da administração, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

#### Acionistas

A Companhia possui como acionista controlador indireto a ENEVA S.A.. O quadro societário apresenta a Parnaíba Participações S.A. com 70% de participação e a ENEVA S.A., com 30%. Porém ENEVA S.A. é a contradora de Parnaíba Participações S.A.

#### Controladora

O controle da Companhia é exercido pela ENEVA S.A. de forma indireta.

#### Empresas ligadas

A Companhia possui como principal empresa ligada: ENEVA S.A, Parnaíba I Geração de Energia S.A, Parnaíba II Geração de Energia S.A, Parnaíba IV Geração de Energia S.A., Parnaíba Gás Natural S.A. .

Os saldos relativos as operações com partes relacionadas, estão representados da seguinte forma:

	<b>Ativo</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	7	5
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	284	284
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (a)	103.571	91.589
ENEVA S.A.	11	11
Eneva Comercializado de Energia S.A.	-	554
	<b>103.873</b>	<b>92.443</b>

	<b>Passivo</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	6	5
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	2	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	3	
Eneva Participações S.A.	75	75
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	554	555
ENEVA S.A.	2.385	225
ENEVA Comercializadora de Energia S.A. (b)	6.571	-
PGN S.A (c)	29.263	33.442

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

	38.858	34.302
Circulante	6.571	33.442
Não circulante	32.288	860

	<b>Receita</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (a)	11.669	15.157
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	-	1.644
	<u>11.669</u>	<u>16.801</u>

	<b>Custos e Despesas</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
ENEVA S.A.	3.287	545
ENEVA Comercializadora de Energia S.A. (b)	5.963	1.528
Fornecimento de Gás e Arrendamento - PGN S.A. (c)	75.107	145.382
	<u>84.357</u>	<u>147.455</u>

- (a) Refere-se aos valores a receber de contrato de mútuo celebrado entre a Companhia e a Parnaíba IV Geração de Energia S.A., cujo o vencimento originário dessa obrigação ocorreu em 30 de abril de 2014. Este contrato foi renegociado, mantendo seu vencimento no longo prazo indexado a 125% do CDI. O montante a receber em 2017 é de R\$ 104.571 (R\$ 91.589 em 31 de dezembro de 2016). Em 31 de dezembro de 2017 o efeito no resultado da Companhia foi de R\$ 11.669 e (R\$ 15.157 em dezembro de 2016);
- (b) Refere-se aos valores devidos pela Parnaíba III Geração de Energia S.A à ENEVA Comercializadora de Energia S.A, referente ao fornecimento de energia para recomposição de lastro para atendimento aos contratos de venda de energia na CCEAR. Em 2017 o valor a pagar é de R\$ 6.571. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o efeito no resultado dessa operação foi de R\$ 5.963 e R\$ 1.528, respectivamente;
- (c) Refere-se aos valores devidos pela Parnaíba III Geração de Energia referente ao fornecimento de gás natural e pelo arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás à PGN S.A. Em dezembro de 2017 o saldo a pagar é de R\$ 29.263 (R\$ 33.442 em 31 de dezembro de 2016). O efeito no resultado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$ 75.107 e R\$ 145.382, respectivamente.

#### **Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria**

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

## **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017**  
**Em milhares de reais**

---

Durante o exercício de 2017 a administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora. Assim sendo, não foram incorridos gastos com remuneração desses administradores pela Companhia.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017  
Em milhares de reais

---

### 15. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Venc.	Custo a apropriar	2017			Consolidado 2016		
						Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Parnaíba III	Bradesco (a)	R\$	CDI + 2,95%	05/12/24	(5.612)	100.000	419	94.807	100.457	3.063	103.520
<b>Circulante</b>					-	-	419	419	-	3.063	3.063
<b>Não circulante</b>					(5.612)	100.000	-	94.388	100.457	-	100.457

- a) Em 24 de novembro de 2017, a Parnaíba III realizou sua 2ª emissão de debêntures, não conversíveis, no valor total de R\$ 260.000, ao custo de 100% do CDI acrescido de spread de 2,95% a.a, a serem amortizadas em 12 parcelas semestrais consecutivas a partir de junho de 2019. A primeira tranche desembolsada em 13 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 100.000, foi utilizada para realizar o resgate antecipado total das Debêntures da 1ª emissão de R\$100.457. O desembolso da 2ª tranche está prevista para ocorrer em 2018.

## **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

**Em milhares de reais**

---

O contrato de Debentures, celebrados entre a Companhia e Bradesco, foram apresentadas as seguintes garantias:

- Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Parnaíba Participações
- Contrato de Penhor de Ações da ENEVA
- Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia
- Aval Corporativo

Esse contrato contém cláusulas específicas de covenants financeiros, conforme abaixo demonstrado:

<b>Empresa</b>	<b>Descrição do Covenants Financeiros</b>	<b>Posição em 31/12/2017</b>
Parnaíba III	Dívida Líquida de no máximo 3,0 vezes o EBITDA	Atendido

Conforme acima apresentado, não foram identificadas situações de descumprimento de cláusulas de covenants financeiros e não financeiros até 31 de dezembro de 2017.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017  
Em milhares de reais

---

Abaixo a movimentação das debêntures :

<b>Saldo em 2016</b>	<b>103.520</b>
(+) Juros incorridos	13.613
(-) Pagamento de juros	(16.257)
(+) Desembolso de principal	100.000
(-) Pagamento de principal	(100.457)
(+) Amortização do custo de captação	(5.612)
<b>Saldo em 2017</b>	<b>94.807</b>
<b>Saldo em 2015</b>	<b>123.707</b>
(+) Juros incorridos	19.507
(-) Pagamento de juros	(20.150)
(-) Pagamento de principal	(19.544)
<b>Saldo em 2016</b>	<b>103.520</b>



## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017  
Em milhares de reais

---

### 16. Custo por indisponibilidade

A Companhia avalia eventuais perdas por indisponibilidade de sua unidade termoeétrica que podem afetar os resultados, considerando com base os contratos de CCEAR's que preveem a utilização de média móvel de 60 meses de geração efetiva.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia apresentou o reflexo do reconhecimento dos custos por indisponibilidade, como segue:

<b>Custos por indisponibilidade</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Provisões contábeis referente aos custos por indisponibilidade	4.652	436
Efeito no resultado (custo com encargo por indisponibilidade)	4.652	436

Os saldos das obrigações dos custos por indisponibilidade em 31 de dezembro de 2017 e 2016 registrados na rubrica energia elétrica ressarcimento correspondem:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Ressarcimento de Energia Eletrica - ADOMP	13.367	12.321
Circulante	13.353	12.266
Não circulante	14	55

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017  
Em milhares de reais

### 17. Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

Em 07 de fevereiro de 2017 a Administração de Parnaíba III Geração de Energia, julgou ser excessivo o atual capital social da Companhia em relação ao desenvolvimento de suas atividades futuras. Os acionistas deliberaram e aprovaram, com fundamento no artigo 173 da Lei 6.404/76, reduzir o capital social da Companhia em R\$ 52.000, mediante o cancelamento de 52,000 ações proporcionalmente, de acordo com a participação de cada acionista no capital social.

O capital social da Parnaíba III Geração de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2017 e 2016, corresponde a R\$ 115.471 e R\$ 167.471 respectivamente, sendo composto por 115.470.780 ações, assim distribuídas:

	<u>2017</u>	<u>%</u>	<u>2016</u>	<u>%</u>
Acionistas				
Parnaíba Participações S.A	80.829.546	70	117.229.546	70
Eneva S.A.	34.641.234	30	50.241.234	30
	<u>115.470.780</u>	<u>100</u>	<u>167.470.780</u>	<u>100</u>

#### (b) Dividendos

Aos acionista da Companhia esta assegurado, conforme as disposições do artigo 202 da lei nº 6.404/76 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001), uma distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado.

##### Dividendos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>60.533</b>	<b>64.369</b>
Constituição de reserva legal	(3.027)	(3.218)
Reservas para incentivos fiscais	(10.609)	(11.727)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>46.897</b>	<b>49.424</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios – 25%</b>	<b>11.724</b>	<b>12.356</b>
<b>Dividendos por ação</b>	<b>0,07578</b>	<b>0,07378</b>
<b>Reservas de lucros</b>	<b>35.173</b>	<b>37.068</b>

## **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017**  
Em milhares de reais

---

### **(c) Reserva legal**

De acordo com a Lei 6.404/76 art. 193, 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 foi constituído reserva no montante de R\$ 3.027 (R\$ 3.218 em 31 de dezembro de 2016).

### **(d) Reserva de lucro**

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo conselho de administração e submetido à Assembleia Geral.

Caberá a próxima Assembleia Geral Ordinária a deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199 assim como toda destinação do lucro líquido.

### **(e) Reserva de incentivos fiscais**

A Companhia obteve junto a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) o direito ao benefício fiscal referente a redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2023, calculado com base no lucro de exploração. Em 31 de dezembro de 2017 foi constituído reserva no montante de R\$ 10.609 (R\$ 11.727 em 31 de dezembro de 2016), totalizando R\$ 37.549 (R\$ 26.940 em 31 de dezembro de 2016).

## **18. Provisão para contingências.**

A Companhia não é parte de ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e conseqüentemente não constituiu provisão para contingências.

A Companhia, entretanto, é parte de uma ação tributária avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, cujo montante corresponde a R\$ 640, para as quais a Administração julga não ser necessária a constituição de qualquer provisão.

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017  
Em milhares de reais

### 19. Receita operacional

A conciliação entre receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado apurada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Receita bruta</b>	<b>333.554</b>	<b>284.945</b>
Receita fixa	124.555	116.254
Receita variável	127.799	155.058
Receita com liquidações de curto prazo CCEE	81.200	11.072
Outras receitas	-	2.561
Impostos sobre vendas	(33.851)	(28.795)
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
<b>Total da receita líquida (a)</b>	<b><u>299.703</u></b>	<b><u>256.150</u></b>

- (a) O aumento da receita decorre do maior fluxo de vendas no mercado de curto prazo e maior nível de despacho no período de junho a dezembro de 2017.

### 20. Custos por natureza

A composição dos bens e ou serviços vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Compra de energia (a)	(62.577)	(3.228)
Consumo de insumos (b)	(52.140)	(67.721)
Arrendamento e aluguel (b)	(79.095)	(77.661)
Encargos por indisponibilidade (c)	(4.652)	436
Encargos pelo uso do sistema de transmissão (d)	(11.263)	(10.021)
Serviços de terceiros (e)	(2.507)	(7.390)
Seguros	(314)	(1.614)
Depreciação	(6.894)	(7.263)
Outros	(928)	(2.667)
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
	<b><u>(220.370)</u></b>	<b><u>(177.129)</u></b>

- (a) Refere-se aos custos incorridos e aos valores devidos pela Parnaíba III Geração de Energia S.A. à Eneva Comercializadora de Energia S.A, referente fornecimento de energia para recomposição de lastro dos contratos de venda de energia na CCEAR, para atendimento aos contratos comercializados no Leilão A-5 de 2008. A variação encontra-se em linha com o aumento nos despachos entre julho e dezembro.

- (b) Refere-se aos custos incorridos no processo de geração de energia bem como o gás

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

---

e arrendamento, devidos pela Parnaíba III à PGN S.A. A Companhia mantém contrato de arrendamento com a PGN, cuja a finalidade é o tratamento da capacidade de gás natural fornecido a usina, esse contrato possui prazo de validade de 15 anos, contados a partir da entrada em operação comercial da usina.

- (c) Refere-se das provisões e ressarcimentos de penalidades por geração de energia abaixo do contratado nos CCEAR's por disponibilidade.
- (d) Trata-se dos valores dos encargos pagos as Transmissoras de Energia pelo uso do sistema de transmissão denominado de EUST.
- (e) Os serviços contratados são principalmente para a manutenção e operação da usina;

#### 21. Despesas por natureza

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços de terceiros	(5.269)	(4.883)
Seguros	-	(67)
Despesas legais	-	(105)
Outros	(916)	(173)
	<u><b>(6.185)</b></u>	<u><b>(5.228)</b></u>

## Parnaíba III Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017  
Em milhares de reais

---

### 22. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	6.143	11.483
Juros sobre mútuo	11.669	15.157
Outros receitas financeiras	348	592
Juros recebidos clientes	155	2.168
PIS e COFINS sobre receita financeira	(782)	(1.364)
	<u>17.533</u>	<u>28.036</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(13.614)	(19.506)
Despesas bancárias	(43)	(53)
Perda na operação com derivativos	-	-
Juros e multas	(290)	101
IOF	(26)	(2)
Comissão de fiança	-	(1.992)
Outros	(740)	(652)
	<u>(14.713)</u>	<u>(22.104)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><b>2.820</b></u>	<u><b>5.932</b></u>

## **Parnaíba III Geração de Energia S.A.**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2017**  
Em milhares de reais

---

### **23. Cobertura de seguros (não auditado)**

A Companhia em conjunto com as empresas do Grupo ENEVA, do qual faz parte, adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O Grupo Eneva S.A. realiza as contratações de seguros para todas as empresas do Grupo, considerando as exposições e riscos de cada empresa. As apólices de Parnaíba III Geração de Energia estão no contexto de segurado do Grupo Eneva S.A (Riscos Operacionais e Responsabilidade Civil Geral).

As apólices estão em vigência e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as coberturas de seguros eram:

	<u><b>2017</b></u>	<u><b>2016</b></u>
Responsabilidade civil	435.000	435.000
Danos materiais	<u>366.669</u>	<u>464.753</u>
	<u><u>801.669</u></u>	<u><u>899.753</u></u>

\* \* \*

**Diretor Presidente**

Lino Lopes Cançado

**Controller**

Ana Paula Alves do Nascimento  
CRC-RJ 086983/O-0

**Gerente de Contabilidade**

Bruno Campelo de Azevedo  
CRC-RS - 071175/O-6